

Inovações tecnológicas, Webjornalismo e fluxos informacionais: entre novas possibilidades e velhos ideais

Edson Fernando Dalmonte*

Resumo

Aborda a idéia de evolução dos meios de comunicação e situa a relação destes com a sociedade, tendo por parâmetro os questionamentos relativos ao processo de democratização dos meios de comunicação, tomando por referência os termos acesso e participação. Ressalta a importância do pensamento comunicacional Latino-Americano para as discussões acerca da democratização da comunicação. Pontua o discurso social, entre utopia e ideologia, como base para propostas de denúncia e inclusão, o que é exemplificado pela análise de documentos de distintas fases da Unesco. Sinaliza a passagem da Sociedade da Informação para a do Conhecimento. Questiona a Internet como espaço de participação popular.

Palavras-chave: Teorias da comunicação; Webjornalismo; Sociedade do conhecimento.

Abstract

The article approaches the evolution of the media and placed the relation within society, having parameters the process of democratization of the media, by the terms of access and participation. It emphasizes the importance of Latin American communication thought about the discussion among the democratization of communication. The text points out the social speech between utopia

* Doutorando em Comunicação e Cultura, linha de pesquisa “Análise aos produtos midiáticos” – Facom/UFBA; mestre em Comunicação pela Umesp. Coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, professor de Teorias da Comunicação e editor da Revista Diálogos Possíveis. E-mail: edsondalmonte@uol.com.br

and ideology, based on proposals of denunciation and inclusion, which is used as example by documents from UNESCO in different periods. The article shows the transition of the Society of Information to the Society of Knowledge and question the Internet as a place of popular participation.

Key-words: Theory of Communication; Webjournalism; Society of Knowledge

Resumen

Este texto trata de la idea de la evolución de los medios y de la relación de estos con la sociedad, teniendo como parámetro los cuestionamientos relativos al proceso de la democratización de los medios y tomando por referencia los términos acceso y participación. Destaca interés por la importancia del pensamiento de la comunicación latinoamericano para los cuestionamientos referentes a la democratización de la comunicación. Presenta el discurso social, entre utopía y la ideología, como base para propuestas de la denuncia y de la inclusión, cuál es ejemplificado por el análisis de documento de etapas distintas de la Unesco. Señala la transición de la sociedad de la información para la del conocimiento y pregunta si la Internet es un espacio para la participación popular.

Palabras-claves: Teoría de la comunicación; Web periodismo; Sociedad del conocimiento

Os processos de comunicação mediados tecnologicamente estão intimamente vinculados às sociedades com base na possibilidade de interação entre instâncias geográfica e socialmente distanciadas. Com a emergência da comunicação de massa, a sociedade atinge um outro nível de relação, afastado do interpessoal, com mais ênfase numa emissão massiva, contrapondo-se ao diálogo, base para a construção social de uma realidade (BERGER, 1976).

É inegável o *frisson* que envolve a dinâmica comunicacional da sociedade, em especial a partir de fins do século XIX, com o surgimento de novos veículos comunicacionais. Antigas organizações, como a política, se vêem desafiadas a se apresentar segundo uma nova formatação. Como lembra Gomes (2004, p. 42), fala-se em “especializações” do campo político em sua interação com a mídia:

Freqüentemente se entende a interface presente na idéia de comunicação política como se o universo político entrasse com o propósito, os agentes, suas habilidades, sua arte, seus valores e, é claro, com os seus conteúdos, enquanto a comunicação funcionaria apenas como um conjunto de dispositivos de exibição, difusão, circulação dos conteúdos que a destreza política lapidaria e formataria segundo seus propósitos e conveniências [...]o que [...] pode gerar a falsa idéia de que por trás de cada expressão se esconda um fenômeno único, simples e facilmente identificável.

Da mesma forma, há uma focalização na mídia quando se fala em educação, relações sociais, movimentos sociais e participação popular. É inegável que com o advento dos *mass media*, tem-se novas formas de difusão de conteúdos e cria-se a idéia de aproximação entre as pessoas e reforço dos laços sociais. Na esteira dessas idéias, está o conceito de sociedade global, cunhado por Gurvitch (1950), apropriado por McLuhan, que irá difundir o conceito utópico do mundo como aldeia global. Vale ressaltar que McLuhan foi influenciado pelo historiador canadense Harold Innis, que ao longo de sua trajetória, apontou a comunicação como sendo o motor da história (DOS SANTOS, 1992, p. 66).

A comunicação, ao ser mediada tecnologicamente, impulsiona uma série de modificações na sociedade. Aproxima espaços e realidades, possibilita a busca e troca de informações. O surgimento e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa possibilitam mudanças de ordem prática, como o aumento da circulação da informação, mas é possível observar também toda uma efervescência no campo das idéias. A sociedade, em forte processo de mudança desde a Revolução Industrial, a partir dos então novos meios de comunicação, como o rádio, passa a ser marcada por uma série de discursos, movidos por um interesse de analisar tal realidade. Depreende-se, então, que se pode falar do discurso das mídias (CHARAUDEAU, 1997), como proposto pela análise do discurso, ou do discurso sobre a mídia. Para as reflexões a serem desenvolvidas, opta-se pelo discurso sobre a mídia.

Sob o ponto de vista teórico, pode-se dizer que os conceitos principais acerca da comunicação de massa irão oscilar dos efeitos fortes, com base na crença nos poderes avassaladores da mídia, aos fracos, tendo-se por referência a capacidade crítica do receptor.

Quando se fala em efeitos fortes, a ênfase está no emissor, que é capaz de “acertar” seu alvo; já os efeitos fracos abordam o contexto da comunicação tomando por referência o tipo de relação que o receptor estabelece com o que lhe é apresentado.

Hipóteses contemporâneas retomam essas questões, como a hipótese do efeito de terceira pessoa (DALMONTE, 2005a)¹, o que marca uma atenção constante para a capacidade “dominadora” da mídia. Por outro lado, a mídia está envolvida numa realidade discursiva resultante de um outro imaginário social, que enfatiza as suas potencialidades “benéficas”, que elenca e exalta todas as suas qualidades.

É esse imaginário social, gerador de um discurso acerca da mídia que nos interessa aqui, para que se possa efetuar uma análise das expectativas em relação ao “poder comunicante” associado a cada inovação tecnológica. A recuperação desta trajetória servirá de base para que se analise as expectativas em relação à internet, decorrente da esperança de estabelecimento de uma outra realidade/modalidade comunicacional: a participativa.

Da mesma forma que toda tecnologia, o surgimento e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa está associado a um quadro de possibilidades, que oscila entre a ideologia e a utopia. Para Ricoeur (1986, p. 379), ideologia e utopia são duas expressões do imaginário social, que nos situam na história, fazendo a ligação entre nossas expectativas em relação ao futuro, as tradições herdadas e as iniciativas no presente.

As reflexões propostas por Ricoeur são importantes para que se situe o discurso social acerca da mídia, buscando-se entender criticamente a relação entre ideologia e utopia, e a capacidade criativa a partir desse contraste. Para tanto, o autor fala dos três níveis, tanto da ideologia quanto da utopia.

¹ O diferencial da hipótese de efeito de terceira pessoa em relação aos outros modelos diz respeito ao fato de que essa hipótese trata de efeitos imaginados. O termo “imaginado” aqui é bem amplo, visto que aborda o efeito visto pelo indivíduo como sendo possível a um outro, distanciado espacial e culturalmente. O efeito, caso exista, atua sobre esse outro, e não sobre o “eu”.

Em um primeiro nível está o irrealizável, visto que a ideologia, na tradição marxista, é a dissimulação ou distorção do real, “produzir uma imagem inversa da realidade” (RICOEUR, 1986, p. 381); à utopia compete “propor uma sociedade alternativa”, igualmente distante do real (RICOEUR, 1986, p. 389).

No segundo nível, a ideologia apresenta a legitimação do poder; ao passo que a utopia remete à questão do exercício do poder: “a utopia pretende ser uma escatologia realizada” (RICOEUR, 1986, p. 389).

No terceiro nível, a ideologia tem uma função de integração, como um rito de celebração nacional, “que se trata de uma estrutura simbólica da memória social” (RICOEUR, 1986, p. 385); a integração também é proposta pela utopia, quando esta fala da necessidade de manter aberto o campo do possível: “a utopia é aquilo que impede que o horizonte das expectativas se funda com o campo da experiência. É o que mantém o afastamento entre a esperança e a tradição” (RICOEUR, 1986, p. 391).

Para Fichy (2001, p. 14), a função de integração representa a função positiva dessas duas integrantes do imaginário social. A possibilidade criativa da utopia, segundo o autor, resulta do encontro entre diferentes mundos sociais e conflui para a formação daquilo que define como sendo o *objeto-valise*:

De um lado, escritores ou jornalistas imaginam as novas tecnologias e suas aplicações. De um outro lado, os inventores propõem inúmeros usos para sua máquina para convencer seus arrendatários de fundos e mais especificamente a sociedade inteira acerca de seu uso social. Os atores potenciais de um novo objeto técnico fornecem projetos e utopias que podem dizer respeito tanto a um modo de funcionamento técnico quanto um novo uso (FLICHY, 2001, p. 226).

O tal *objeto-valise* representa um aglomerado de discursos, como que encerrados numa valise, servindo de entorno ao aparato tecnológico, e impulsionando o seu desenvolvimento. Atualmente, o que se percebe é um discurso exaustivo sobre as potencialidades da nova realidade - a internet, a vida em rede, o fim das fronteiras; mais que o encontro entre pessoas, o encontro entre culturas - o diálogo definitivo e igualitário. Sobre isso, diz Flichy (2000) “como

não se fatigar de tanto ler colunas dizendo que nós entramos em uma nova sociedade de informação e comunicação, que a Internet constitui uma revolução maior e que nada será mais como antes no seio do ciberespaço?”.

A popularização da internet, em especial a partir de meados dos anos 90 se deu em meio a panegíricos quanto às capacidades daquela nova realidade comunicacional. Uma experiência pioneira para a internet, a Arpanet, é imaginada por Joseph Licklider (1960), que nos anos 1960 falava da relação simbiótica entre o homem e a máquina. Tais idéias são retomadas num artigo seminal de Rheingold, publicado em 1987, que vai falar da importância da rede para que se criem as “comunidades virtuais”.

As comunidades virtuais, segundo Rheingold, representam a possibilidade de se estabelecer vínculos de maneira mais objetiva, uma vez que seus membros podem se ligar em função de interesses específicos, facilitados pelos grupos de discussão da rede. O indivíduo se mostra por suas idéias, e não pela aparência, gênero, idade etc.

Flichy (2000, p. 2) classifica o rádio e a internet como “tecnologias de fim de século” – fins dos séculos XIX e XX –, respectivamente. São as mesmas expectativas que aparecem associadas a cada uma delas. “Um jornal de 1922 nota a propósito do rádio que ‘nenhum objeto se difundiu tão rapidamente na história da humanidade’. Atualmente, encontramos exatamente o mesmo discurso a respeito da internet”.

A idéia de uma sociedade nova, a partir de uma inovação tecnológica associada à comunicação, passa a compor um imaginário utópico, segundo o qual é possível atingir uma nova organização social, mais igualitária. A nova sociedade, em detrimento da anterior, massiva, centrada na relação emissor-receptor, tendo por base a nova tecnologia, permitiria implementar uma sociedade dialógica.

As teses da Unesco e a sociedade da informação

O imaginário que faz descortinar uma sociedade dialógica, vem em decorrência de uma visão utópica que possibilita “pensar os possíveis”, na construção de uma sociedade inclusiva, que permitiria ao indivíduo ser um participante do processo comunicacional, e não mera-

mente o alvo final de um fluxo informacional desigual, do centro para a periferia, do Norte avançado, para o Sul subdesenvolvido.

É nesse sentido que, a partir dos anos 1960, se desenvolve a economia política da comunicação, que assume uma postura crítica “sobre o desequilíbrio dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países situados de um lado e de outro da linha demarcatória do ‘desenvolvimento’” (MATTELART, 1999, p. 113).

Posto dessa maneira, a economia dos fluxos informacionais fala de uma relação desigual, que faz perpetuar a relação de dominação, tendo como dinâmica a relação entre nações historicamente fortes e outras sem grande expressão no quadro internacional. É nesse contexto que Schiller propõe o conceito de “imperialismo cultural” (MATTELART, 1999, p. 117).

Como marco dessa discussão, tem-se o relatório MacBride, que é um documento que foi apresentado à comunidade internacional, e é uma importante produção da Unesco, tomando por referência os desníveis no campo comunicacional entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. O referido documento afirma que “a comunicação é a base de toda sociabilidade” (UNESCO, 1983, p. y). A conferência geral da UNESCO, reunida em Nairóbi, em 1976, encarregou-se de proceder a um exame geral dos problemas relativos à comunicação na sociedade de então. O ponto de partida seria o crescimento complexo das relações mundiais à luz dos progressos e avanços tecnológicos.

O referido relatório, de caráter visivelmente político (UNESCO, 1983, p. 20-21), elenca as principais funções da comunicação no seio da sociedade tecnológica que então se vislumbrava: 1) possibilitar ao indivíduo a coleta de informação; 2) socialização – permitir a integração do indivíduo na sociedade; 3) motivação – estimular atividades individuais ou coletivas; 4) debate e diálogo – troca de informações; 5) educação – transmitir conhecimentos; 6) promoção cultural – preservar o patrimônio e renovação estética; 7) distração (entretenimento); 8) integração – acesso à diversidade de informação.

Dentre as principais conclusões e sugestões apontadas pelo Relatório MacBride, está a preservação da diversidade. “Só é possível uma ordem social melhor mediante a compreensão e a tolerância, que dependem em grande parte de uma comunicação livre,

aberta e equilibrada” (UNESCO, 1983, p. 421). A comunicação deve ser vista como direito fundamental, do indivíduo e da coletividade. Propõe a liberdade de informação e sua democratização.

De maneira muito clara, sinaliza a necessidade de que os países formulem e adotem políticas nacionais de comunicação. Cada país deveria formular seus modelos de comunicação de acordo com sua própria situação, suas necessidades e suas tradições, para manter sua integridade, independência e autonomia. Os desequilíbrios existentes nos sistemas nacionais de informação e comunicação são tão preocupantes e inaceitáveis como as disparidades sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, nacionais e internacionais (UNESCO, 1983, p. 422-423).

Mediante tais apontamentos, paira uma dúvida sobre os motivos pelos quais a referida nova ordem da comunicação e informação ainda não foi implantada. Como lembra Mattelart (1999, p. 120-121),

Numerosos fatores sabotaram o debate e transformaram-no em um diálogo de surdos: intransigência da América reaganiana, que procura impor a qualquer custo sua tese do *free flow of information*; sobreposição de interesses entre os países do Sul [...] onde alguns Estados do Terceiro Mundo, fazendo uso desses debates internacionais como âlibi, lavam as mãos em relação a suas próprias carências e compromissos em seu território nacional.

Mas, se não é possível observar uma aplicação direta de tais indicativos, o que se percebe, por exemplo, na América Latina e Brasil, é uma inquietação que conduz ao florescimento de práticas que intentam conduzir a sociedade inteira a um outro patamar de desenvolvimento, mais justo e solidário. É o caso de Paulo Freire, que propõe uma nova pedagogia, libertadora, capaz de formar o indivíduo para leituras que vão além das cartilhas.

Em *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 2002), o autor fala da necessidade de uma educação focada num homem, ser de integração, que se forma no diálogo e pelo diálogo. “Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica” (FREIRE, 2002, p.114). Aí está a base para uma nova educação, libertária, que forma no indivíduo a

criticidade necessária a uma comunicação dialógica: “quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa” (FREIRE, 2002, p.116).

Algumas décadas depois, e essas questões continuam pertinentes e o lema da década de 1970 “dar voz aos que não a têm”, que rompe com o modelo da comunicação impositora, revelam a necessidade de se continuar a debater tais assuntos, o que implica a existência de uma sociedade livre e consciente, na qual os meios de comunicação desempenhem um papel de promotores da cidadania e do indivíduo. Sobre isso escreveu Paulo Freire (1992, p.24):

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela.

A relação unidirecional da comunicação promove, por seu fluxo continuamente unilateral, a impregnação junto ao “colonizado”, a visão estereotipada do “colonizador”. “A autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores” (FREIRE, 2003, p. 50).

Sobre as lembranças vivas daquele momento, o depoimento de Frei Betto (2006, p. 48) evidencia o potencial transformador daquele contexto:

A Teologia da Libertação cultivada na roda dos pobres, a comunidade nascendo, a conscientização propalada por Paulo Freire ganhando terreno e o nosso receio de que a repressão viesse, mas ela não vinha, não vinha porque considerava tudo aquilo uma ‘bBOSEIRA DE CAROLAS’, sem se dar conta de que uma bomba mais explosiva que o marxismo ativava-se por uma nova ótica da fé cristã nos subterrâneos da pobreza latino-americana.

As novas teses da Unesco e a sociedade do conhecimento

Se o ambicioso Relatório MacBride não consegue implantar uma nova ordem mundial da comunicação, a Unesco não se intimida e persiste apontando a necessidade de se pensar a comunicação como estratégia para que se atinja um nível igualitário entre as sociedades, tendo como parâmetro a troca de informação e o acesso ao conhecimento.

A manutenção de um quadro de expectativas utópico é renovada com a internet. Desde sua proliferação, a Unesco vem questionando o nível desigual de acesso e participação na rede mundial. Como na apresentação do relatório “Small media, new voices” (UNESCO, 2000), em que se fala de uma nova lógica comunicacional, propiciada por uma ‘mídia menor’, que permitiria a participação dos cidadãos no que tange ao envio e recebimento de informações. “Pessoas e comunidades que outrora não tinham voz, agora podem falar uns com os outros e com o público. Poderia o monopólio dos jornalistas exercido sobre a informação estar chegando ao fim?”.

Parte-se da constatação de que mais pontos de vista estão sendo difundidos que antes (UNESCO, 2000, p.17). O relatório apresenta uma série de experiências de comunicação comunitária, situadas em diferentes partes do mundo e a última inovação: o uso social da internet, enquanto ferramenta para a construção de uma nova cidadania. Como exemplo, é analisado um site argelino, que atualmente está indisponível.

Da mesma forma que as restrições concernentes à participação nos fluxos de informação eram apontadas no relatório *Um mundo e muitas vozes* (UNESCO, 1983), a entrada no mundo digital deve ser questionada. O que há de realmente novo quando se imagina a sociedade em rede? Até que ponto o indivíduo poder participar das inovações comunicacionais ou, em que medida é assegurada a sua participação? Dados de 2005 mostram um quadro bem desigual dos usuários da internet no mundo: 34,5% na Ásia; 28,7% na Europa; 23,8% na América do Norte; 7,3% na América Latina; 2,3% no Oriente Médio; 1,8% na Oceania e 1,7% na África. Segundo a Unesco (2005, p. 49), 90% das línguas não estão representadas na internet.

Essa questão é exemplificada pelos dados que mostram as línguas usadas na internet: inglês: 31,6%; chinês: 13,2%; japonês: 8,3%; espanhol: 6,4%; alemão: 5,9%; francês: 4%; coreano: 3,4%; italiano: 3%; português: 3%; holandês: 1,6%; outras: 19,5%. A língua surge, dessa forma, como delimitador do acesso à rede, bem como afastamento em relação ao universo produtor de conteúdos,

tendo-se em vista a primazia do inglês. Tais dados evidenciam a manutenção de um quadro hegemônico internacional.

Passada a fase eufórica inicial, em que se imaginava uma sociedade conectada, o sonho da aldeia global ilimitada, é preciso retomar essa questão de modo mais apurado e pensar a relação inclusão/exclusão.

Alguns anos depois, a euforia passou um pouco. A ferramenta, que permite um acesso imediato a importantes quantidades de informação, continua ainda prometendo, mas adquiriu-se uma consciência mais precisa dos obstáculos a ultrapassar. De fato, a fratura numérica, expressão consagrada que designa o fosso tecnológico que separa o Norte e o Sul, se aprofundou. Par se convencer, é suficiente lembrar que nos países ricos, a cada três habitantes, um possui computador, ao passo que na África a relação é de um para 130. Outro indicador: em 2003, 19% dos habitantes do planeta representavam 91% dos usuários da Internet. E o que dizer do fato que um terço da humanidade não está ligada à eletricidade? (UNESCO, 2005, p. 63).

Se a tecnologia da comunicação e da informação é fundamental para a sociedade, ela deve ser analisada com base na fratura numérica, segundo conceito proposto por Guichard (2003). A relação de exclusão é anterior aos meios modernos de comunicação; é anterior e concomitante à história da internet. A exclusão, de forma global, já existia e apenas se acentua. Como lembra Peruzzo (2005, p. 269), em decorrência do acesso desigual, geram-se “novas categorias sociais, como as dos conectados e não conectados, dos incluídos e dos excluídos do acesso às redes digitais”.

No caso do Brasil, a importância da entrada da tecnologia na vida do cidadão comum é atestada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que pela primeira vez, em 2001, na pesquisa domiciliar considerou o computador e a internet como elemento a ser quantificado. O total de lares com PC era de 12,6%. O número ficou assim distribuído, por regiões, em ordem decrescente: Sudeste - 12%; Sul - 8,8%; Centro-oeste - 7,3%; Norte - 4,1%; Nordeste - 3,5%. Esses dados ilustram exatamente a exclusão digital, que é o reflexo da exclusão socioeconômica. Nesse caso, não há nada genuíno, mas a repetição de uma situação de exclusão, na qual algumas regiões mais desenvolvidas têm maior

participação sócio-econômica que outras (MARQUES DE MELO, 2002), (DALMONTE, 2004).

É nesse sentido que há uma nova mobilização, como a primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, ocorrida em Genebra, 2003, concluída na Tunísia, em novembro de 2005. Das propostas daí decorrentes, surge o desafio de se passar da Sociedade da Informação para a Sociedade do Conhecimento. “A nuance é importante: uma sociedade do conhecimento não se interessa somente pela transmissão da informação, mas também por seu conteúdo e seu uso. A redução do fosso numérico não se limita a uma simples questão de equipamentos” (UNESCO, 2005, p. 63).

Algumas questões despontam marcando uma retomada das discussões acerca das novas tecnologias. Se nos anos 1970 a grande preocupação dizia respeito ao acesso aos meios de comunicação, agora, desponta uma outra, que é a participação. É nesse sentido que Pasqualli (2005, p. 37-38) propõe a distinção entre acesso e participação:

Acesso: exercício da capacidade de receber (decodificar, vir a saber, descobrir, investigar, demandar, recuperar, ou colocar no domínio público) mensagens de qualquer natureza;

Participação: exercício da capacidade de produzir e transmitir (gerar, codificar, fornecer um veículo para disseminar, publicar ou transmitir) mensagens de qualquer natureza.

Para o autor (2005, p. 38-39), é interessante perceber “que a palavra *acesso* abunda no discurso econômico hegemônico, enquanto que *participação* raramente aparece”. Ele chama atenção para a confusão semântica presente mesmo nos documentos específicos dos órgãos internacionais que têm como bandeira a sociedade da informação. É o que se vê

mesmo em documentos tão importantes quanto as minutas de declarações e do plano de ação do segundo PrepCom², o termo *acesso* aparece 47 vezes, enquanto que o termo *participação* apenas seis, mas não com o sentido discutido aqui (por exemplo, se encontra nos documentos ‘a participação do setor privado’).

² PrepComs (Preparatory Committee Meetings) são encontros prévios às WSIS - World Summit on the information Society (Cúpula Mundial da Sociedade da Informação) (Pasqualli, 2005).

A internet e a utopia da participação popular: Webjornalismo – escrita hipertextual?

Com base no hipertexto³, tem-se uma reorganização conceitual da noção de texto jornalístico, que agora propõe um outro arranjo espacial da informação, transitando de uma organização vertical, por meio de uma estrutura linear, segundo a metáfora da pirâmide invertida, passando para uma estrutura horizontal, o que permite a “fragmentación hipertextual de una noticia” (SALAVERRÍA, 2005, p. 73), respondendo-se às cinco perguntas clássicas do lead de forma fragmentada, sendo cada um dos aspectos tratados conforme sua peculiaridade.

A principal potencialidade do hipertexto, no âmbito digital, é possibilitar a interconexão entre discursos, segundo critérios do próprio navegador; o que caracteriza uma nova textualidade para a narrativa do fato jornalístico. Mas, ao abordar o hipertexto no campo jornalístico, algumas considerações devem ser feitas, em especial no tocante à característica intertextualidade.

O hipertexto oferece uma possibilidade de organização textual inovadora, segundo sua origem – blocos de texto unidos por links, o que permite uma escrita marcada pela convergência de modalidades comunicacionais – texto, vídeo, fotos, integrando um mesmo ambiente.

A produção de conteúdos noticiosos no Jornalismo segue algumas diretrizes, as chamadas rotinas produtivas, que findam por configurar especificidades desse campo, passando inclusive a determinar o *modus operandi* dessa prática profissional. Embora a idéia do hipertexto apresente a possibilidade de ruptura com o espaço restrito de uma página, e por meio do link, possibilite a conexão com outros espaços da Web, quando essa questão é analisada empiricamente, o que se vê é a manutenção de uma lógica de concorrência entre os veículos, o que rompe com a idéia de ligação entre textos dispersos. Na maioria dos casos, o link permite a

³ Para Landow (1995; 1997), o hipertexto possui as seguintes características: intertextualidade; multivocalidade; descentralização; rizoma; intratextualidade.

navegação por dentro de um mesmo produto, o que seria a intratextualidade (LANDOW, 1995, p. 53).

A ruptura das barreiras entre os produtos, no caso os sites jornalísticos, fica limitada, visto não ser possível ao webjornal romper de fato a “moldura” de seu espaço, agregando a seu discurso outras narrativas, que venham acrescentar sentido ao que está sendo proposto. Em estudo sobre o *Último Segundo* (www.ultimosegundo.com.br)⁴, Mielniczuck e Palácios (2001, p. 11) evidenciam encontrar na verdade uma especificidade de navegação a partir daquele site, no qual os links externos conduzem a outros sites apenas quando o destino é, por exemplo, publicações científicas.

Também com a proposta de trazer as reflexões específicas do campo jornalístico para a Web, Dimitrova (2003) realiza uma pesquisa sobre a cobertura online da execução do terrorista Timothy McVeigh, presente nos 15 principais websites americanos. O envolvimento em relação ao fato se deu em função do atentado promovido por McVeigh, em Oklahoma, 19 de abril de 1995, e a comoção envolvendo as famílias das vítimas. Em relação aos links, foram considerados como “internos” ou “externos”, de acordo com o perfil da navegabilidade oferecida. Na amostra, foram contabilizados 3.352 links.

Uma das questões da pesquisa dizia respeito à frequência em que os webjornais ofereciam links aos leitores para acessar outros websites. “Os resultados mostram que a maioria dos hiperlinks (94.8%) leva o leitor para o material relacionado localizado no próprio site do jornal. O destino do hiperlink era um outro website em apenas 137 (4.1%) casos” (DIMITROVA, 2003, p. 7). Os links externos, em sua maioria, conduziam a endereços genéricos, “.com” (64.9%). Os demais conduziam a destinos “.org” (29.9%) e “.gov” (3.6%).

Embora já seja possível apresentar o hipertexto de forma a oferecer o acesso a outros conteúdos, por meio dos links, sem que o leitor deixe o espaço do website da empresa, o que ainda se vê é uma insegurança, visto que o objetivo final é manter o leitor nave-

⁴ O *Último Segundo*, lançado em 1999, é um jornal desenvolvido exclusivamente para a Web.

gando pelo próprio endereço, o que gera *page views*, bem como possibilita contabilizar o tempo de permanência e o número de cliques de cada usuário no website. Esses números, aferidos por instituições como o IVC, Instituto Verificador de Circulação (www.ivc.org.br) e Ibope NetRatings (www.ibope.com.br), mostram a audiência dos produtos, o que será vendido aos anunciantes.

É possível inferir que a atual organização do Jornalismo na Web ainda não fez surgir um jornalismo novo, aplicado a esse outro ambiente, e de acordo com as possibilidades oferecidas pela rede. O que se entende por Jornalismo ainda vale para o webjornalismo, visto que a organização textual continua submetida a um quadro geral de constrangimentos econômicos (DALMONTE, 2005b).

A importância econômica de critérios como *page view* e tempo de permanência para o webjornalismo pode ser analisada comparativamente com base nos dados do Ibope, sobre audiência da internet no Brasil, nos meses de maio e junho de 2005, e do Observatório da Imprensa, também desse ano. Segundo dados do Ibope, em maio foram 1.137 páginas vistas por pessoa, e em junho, 1.285. O tempo médio de permanência em maio foi de 51 segundos, e em junho, 47 segundos. O Observatório da Imprensa, atualmente abrigado no IG ⁵ (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>), apresenta um tempo de permanência diferenciado, sendo que entre dezembro de 2004 e julho de 2005, as visitas tiveram duração média acima de 8 minutos, com picos de 11. Percebe-se, dessa forma, a importância dessa audiência, que de fato permanece no site, talvez por apresentar um produto diferenciado, o que é atestado não tanto pelo número de visitantes, mas pelo perfil desse leitor, que pelo tempo de permanência atrai anúncios publicitários.

Blogosfera – liberação do pólo de emissão?

Para Lemos (2005, p. 2), a realidade das redes trouxe uma importante contribuição para a modificação do processo comunicacional, antes rigidamente definidos em emissor e receptor. Segundo ele, o que atualmente se vê é:

⁵ Anteriormente abrigado no Yahoo e depois no UOL.

a liberação do pólo da emissão. As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo com o excesso e a circulação virótica de informação nada mais é do que a emergência de vozes e discursos, anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos mass media. Aqui a máxima é ‘tem de tudo na internet’, ‘pode tudo na internet’.

É importante situar os blogs, uma vez que segundo a lógica da liberação do pólo de emissão, tem-se por meio da blogosfera a possibilidade de que cada um seja partícipe ativo do processo comunicacional. No entanto, cabe aí uma questão: qual a validade real das milhares de páginas pessoais na rede? A maioria dos blogs funciona como uma espécie de diário íntimo, de “escrita do eu” (SCHITTINE, 2004), algo muito distinto da escrita jornalística e que possa despertar o interesse dos leitores.

Se os webjornais não se interligam, como se dá essa questão no tocante aos blogs? A grande expectativa era que os blogs pessoais pudessem, por meio da interligação, compor a blogosfera, uma alternativa à tradicional mediasfera. Numa análise preliminar, o *Blog do Noblat*⁶ possibilita a ruptura das molduras dos webjornais, visto ser possível a navegação hipertextual, possibilitando uma narrativa intertextual.

A partir de *posts* no *Blog do Noblat*, é possível linkar com distintos jornais, como nos exemplos do dia 17 de junho de 2006: Bagunça na campanha de Alckmin, que leva à matéria: Desorganização marca eventos da agenda tucana, de O Estado de S. Paulo; Brecha na nova lei eleitoral, que leva à matéria: Brecha pode deixar impune quem violar a Lei Eleitoral, da Folha de S. Paulo; E aí, Mentor?, que leva à matéria: STF abre inquérito para investigar Mentor, de O Globo.

Dessa forma, o *Blog do Noblat* representa uma alternativa aos sistemas fechados, mas ele articula a blogosfera, ou seja, colabora para a linkagem entre blogs? A resposta é negativa, pois ele não ‘dialoga’ com seus colegas blogueiros, como lembra Marcos Palácios (2006). É inte-

⁶ Que começou como blog independente, inicialmente abrigado no IG e depois migrou para o Portal do Estado de S. Paulo: <http://noblat1.estadao.com.br/noblat/index.html> .

ressante observar que durante a Copa do Mundo de 2006 o *Blog do Noblat* usou uma estratégia de marketing, um bolão com brindes.

O que a hipótese de liberação do pólo de emissão vislumbra é a possibilidade de participação popular no processo comunicacional, sem barreiras. A partir da tradição do Jornalismo impresso, são criados mecanismos pra a seleção do que é notícia, como o *gatekeeper*. Os critérios de seleção, que atuam segundo a lógica comercial, regida pela noção de concorrência, podem ser vistos como barreiras para questões de interesse social. A grande expectativa se dá com as possibilidades de uma narrativa mais aberta na Web, que pudesse ser mais polifônica.

No entanto, para Dimitrova (2003, p. 2):

a decisão sobre quais links incluir na narrativa da Web e quais não incluir, constitui uma decisão adicional de gatekeeping levada a cabo pelos editores da Web [...] no campo da comunicação de massas, todo aquele que decide se uma informação é ou não apresentada ao público é um *gatekeeper*.

A escolha de que links incluir ou não é um exercício da função de *gatekeeper* do webjornal (Dimitrova, 2003, p. 9), o que ilustra mais uma vez a manutenção dos padrões de controle do pólo de emissão, em detrimento da expectativa de liberação.

Existem, contudo, reais possibilidades de que os recursos da Web sejam apropriados pelos movimentos sociais, compondo a chamada “*small media*”. O que possibilita, como lembra Peruzzo (2005, p. 282-283), que os agentes sociais produzam e transmitam conteúdos sem se preocupar com as fronteiras impostas pelo sistema. Dessa forma, é assegurada a “liberdade de difusão de mensagens das organizações comunitárias de interesse público, por canais próprios, livrando-as dos *gatekeepers* da grande imprensa”.

Pensar a comunicação e assumir os desafios

Pensar a comunicação na contemporaneidade é pensar as relações complexas existentes entre os povos e os produtos culturais. Há um movimento constante de inclusão e exclusão, que em determinadas situações subverte a lógica do acesso, que historicamente

tem sido negado aos menos favorecidos. Como lembra Pasqualli (2005, p. 38), o contraste entre acesso e participação, termos-chave para se pensar a relação inclusão/exclusão na sociedade da informação, pode demonstrar novas formas de desigualdade. Se à América Latina falta a **participação** ativa no fluxo informacional, no processo de produção e difusão de notícias, na sociedade norte-americana, como resultado de uma indústria cinematográfica forte, observa-se que a população praticamente não tem **acesso** ao cinema produzido em outras partes do mundo.

Pensar a comunicação é assumir a importância mesma da dinâmica comunicacional para a construção de uma sociedade dialógica e inclusiva. A comunicação deve ser entendida também como necessária ao bom desempenho e manutenção dos movimentos sociais. Para Frei Betto (2006, p. 203):

uma possível solução a tais limitações seria criar um pólo de referência - como a Central de Movimentos Populares e a Coordenação de Movimentos Sociais - que, a partir das bases, se impusesse como vínculo orgânico da subsistência dos movimentos, qual coração que, no corpo social, assegurasse a vitalidade dos diferentes organismos e o fluxo de informações e mobilizações.

Pensar a comunicação alternativa hoje é pensar as relações complexas em duas vias: primeiramente, há que se propor uma comunicação que seja realmente uma alternativa sócio-cultural aos grandes meios e conglomerados de comunicação. É nesse sentido que a internet representa um campo vasto a ser explorado. Em segundo lugar, não é suficiente apenas assegurar a participação, mas a possibilidade de contato, troca, do diálogo necessário. Betto (2006, p. 203) chama atenção para o fato de que “não se consegue dar suficiente representatividade aos movimentos mantendo-os como paralelos sociais, sem nenhum ponto de convergência capaz de favorecer a unificação de determinadas bandeiras e lutas”.

É nesse sentido que as utopias são necessárias e nos impulsionam, motivando transformações, tendo por referência o “campo dos possíveis”. É a materialização da crença numa sociedade igualitária, justa. Como lembra Peruzzo (2005, p. 271), “as utopias são passíveis de realização já que expressam indicativos, ou os sonhos, de onde se quer chegar, embora possam estar distantes da realidade concreta”.

Ainda assim, pensar a comunicação, hoje, envolve uma série de questionamentos quanto ao espaço aberto ao acesso e à participação. Os diversos segmentos que compõem a sociedade, podem, a partir das inovações tecnológicas no campo comunicacional, buscar aí uma inserção real. O grande risco é a perda da unicidade da luta para a democratização das comunicações. Essa é uma questão que envolve a formulação de políticas públicas nacionais e de âmbito internacional, para que se assegure o livre fluxo informacional. É necessário também que se assegure a universalização de tais direitos.

Temos visto, de maneira constante, o crescimento do volume informacional, o que envolve sites pessoais, de organizações e blogs. Essa é, sem dúvida, uma questão importante e deve ser observada, mas daí devem resultar algumas considerações quanto ao valor informacional real de tais “relatos”. Qual a chance que um blogueiro tem de ser lido pela manhã? É o tipo de narrativa capaz de oferecer ao cidadão um panorama sobre a realidade? Aos olhos do leitor, é confiável? A informação, nesse momento, deve ser avaliada de forma quantitativa e qualitativa, pois o simples aumento da emissão pode ser apenas um primeiro passo.

De forma exaltada, enfatiza-se o potencial democratizador/dialógico dos meios de comunicação de massa e, da mesma forma, se exalta hoje a mídia interativa, lamentando-se, contudo, que não tenham sido plenamente democratizados. Resulta daí uma questão óbvia: como os meios de comunicação poderiam ser democráticos em sociedades nas quais ainda não se chegou a uma real democracia? Ou, como os meios de comunicação poderiam ser mais democráticos que as sociedades que os abrigam?

Referências

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BETTO, Frei. **A mosca azul** : reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick, **Le discours d'information médiatique**. Paris, Nathan/INA, 1997.

DALMONTE, E.F. **Dos efeitos fortes à hipótese de percepção do efeito de terceira pessoa**: uma verificação empírica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005a. CD-ROM. Disponível em < <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16783/1/R0562-1.pdf> >.

_____. De Anhangüera e Caramuru à mídia excludente: aspectos decorrentes do descompasso entre evolução das telecomunicações e acessibilidade. **Diálogos Possíveis**, Salvador: FSBA, a. 4, n.1, jul.-dez. 2004, p. 101-110. Disponível em < <http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis/artigos/5/06.pdf> >.

_____. **O hipertexto enquanto modalidade discursiva do Webjornalismo**: entre promessas e limitações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005b. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM. Disponível em < <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17292/1/R0562-2.pdf> >.

DIMITROVA, Daniela V. Hyperlinking as gatekeeping: online newspaper coverage of the execution of an American terrorist. **Journalism Studies**, v. 4, n. 3, 2003, p. 401-414.

DOS SANTOS, José Rodrigues. A escola canadiana. In: **O que é comunicação**. Lisboa: Difusão cultural, 1992, p. 65-77.

FLICHY, Patrice. **L'imaginaire d'internet**. Paris: La Découverte, 2001.

_____. Technologies fin de siècle: Internet et la radio. **Réseaux**, n° 100, 2000 Paris. Disponível em < <http://latts.cnrs.fr/site/tele/rep1/Radio-internet.doc> >.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUICHARD, Éric. La «fracture numérique» existe-t-elle?. **INRIA-ENS**, n. 4, sep. 2003. Disponível em < <http://barthes.ens.fr/atelier/geo/Tilburg.html> >.

GURVITCH, G. Les types de société globale. In: **La vocation actuelle de sociologie**. Paris: PUF, 1950.

LANDOW, George. **Hipertexto**: la convergência de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Buenos Aires: Paidós, 1995.

_____. **Hypertext 2.0**: the convergence of contemporary critical theory and technology. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

LEMOES, André. **Ciber-cultura-remix**. Artigo apresentado no seminário “Sentidos e Processos”. São Paulo, Itaú Cultural, agosto de 2005. Disponível em < <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf> >.

LICKLIDER, J. C. R. Man-Computer Symbiosis. **IRE Transactions on Human Factors in Electronics**, v. HFE-1, p. 4-11, mar. 1960.

MARQUES DE MELO, José. A muralha digital: desafios brasileiros para construir uma sociedade do conhecimento. In: PERUZZO, Círcia; BRITTES, Juçara.

Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão? São Paulo: Intercom, 2002, p. 37-44.

MIELNICZUK, Luciana; PALACIOS, Marcos. **Considerações para um estudo sobre o formato da notícia na Web: o link como elemento paratextual.** 2001. Disponível em < <http://www.facom.ufba.br/jol/producao.htm> >.

PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

PERUZZO, C. M. K. Internet e democracia comunicacional: entre entraves, utopias e o direito à comunicação. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

RHEINGOLD, Howard. Virtual communities - exchanging ideas through computer bulletin boards. **Whole Earth Review, 1987.** Disponível: http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m1510/is_n57/ai_6203867/pg_6

RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action:** essais d'herméneutique, II. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

SALAVERRÍA, Jamón. **Redacción periodística en internet.** Navarra : Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

SCHITTINE, Denise. **Blog:** comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes:** comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

_____. **Small media, new voices.** The UNESCO Courier. Paris, n. 2, fevereiro, 2000. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001187/118789e.pdf>

_____. Panser la fracture entre le Nord et le Sud. In: L'UNESCO a 60 ans, Le nouveau courrier. Numéro spécial, 2005. http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=30553&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulinas, 2003.